

Economia Administração pública com paralisação marcada para hoje

Greves na função pública mais do que duplicam em 2023

Até ao momento, foram registados 764 pré-avisos de greve, um aumento de 123% face a 2022. Hoje decorre a greve nacional convocada pela Frente Comum, da CGTP

Raquel Martins

O arranque do ano já apontava para um aumento da contestação social no sector público. Agora, com 2023 a chegar ao fim, pode-se concluir que as greves na função pública mais do que duplicaram em comparação com 2022. A greve nacional convocada pela Frente Comum (ligada à CGTP) para hoje vem juntar-se a uma longa lista de protestos, que têm como principais reivindicações os salários e o desenvolvimento das carreiras.

A Direcção-Geral da Administração e do Emprego Público (DGAEP) registou 764 pré-avisos de greve desde Janeiro até agora, um aumento de 123% face à totalidade do ano anterior e um número recorde desde que, em 2011, se começou a recolher esta informação. E embora algumas destas greves possam não se ter concretizado, os números de 2023 são muito superiores aos 342 pré-avisos de 2022 ou aos 377 de 2021 e superam largamente as 404 greves marcadas em 2019, o ano anterior à pandemia de covid-19.

A lista é liderada pelo sector da educação. Cerca de 77% dos pré-avisos foram entregues pelos sindicatos dos professores e dos trabalhadores das escolas, seguindo-se as áreas da saúde, da justiça e da administração local.

Paulo Marques, professor e investigador no Iscte – Instituto Universitário de Lisboa, considera que esta greve, assim como as paralisações sectoriais que se têm registado na educação ou mais recentemente na saúde, é alimentada por um conjunto de factores de ordem económica, social e política. E atribui um papel determinante à inflação e à ideia de que o Governo de maioria absoluta não está a dar resposta cabal aos pro-

blemas, num contexto em que até há um excedente orçamental.

Por um lado, nota, “a função pública perdeu poder de compra ao longo da última década e meia” e a recuperação conseguida nos últimos anos “não foi suficiente para compensar a perda acumulada”. Esta situação foi agravada pelo aumento do custo de vida, sobretudo da habitação, colocando “uma pressão muito grande sobre as novas gerações”.

Por outro lado, o facto de as contas públicas portuguesas apresentarem um excedente “desencadeia uma reacção por parte de quem perdeu poder de compra e que considera que este é o momento de ter alguma recuperação”, acrescenta.

Ao mesmo tempo, o investigador do Iscte lembra que o actual Governo do PS, embora com configurações diferentes, está em funções há já oito anos e “há uma certa ideia de que o diálogo não é suficiente”.

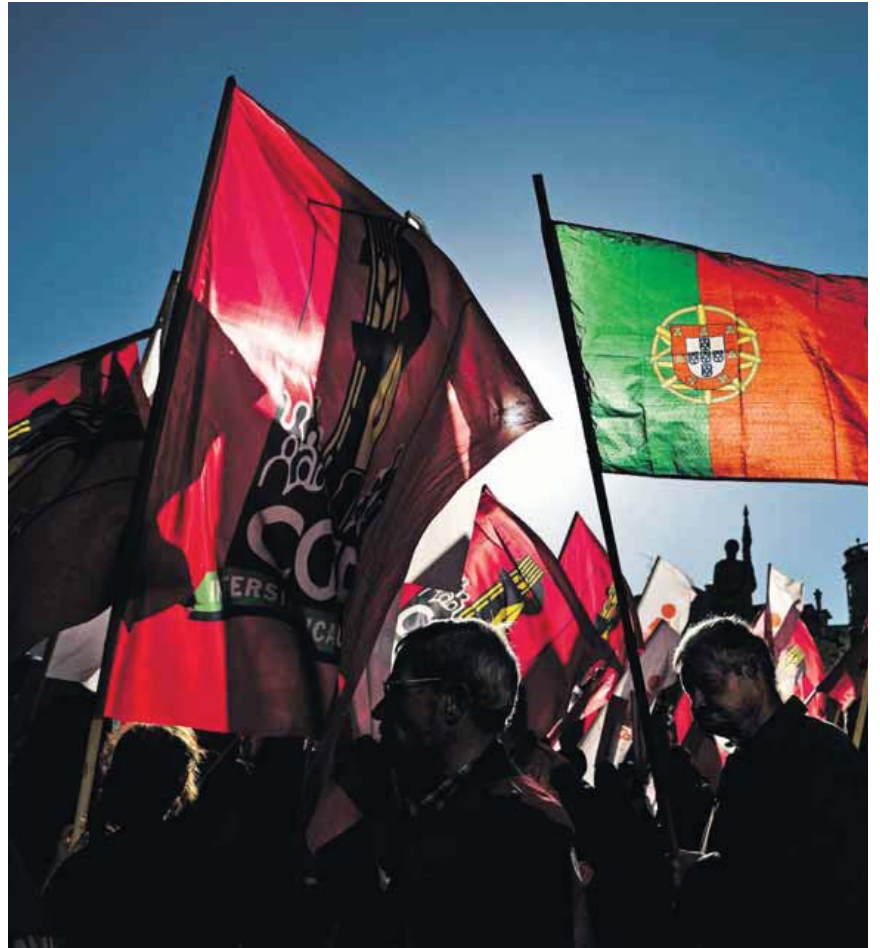
Radicalização dos protestos

“Não há vontade de esperar por mais diálogo e há uma certa radicalização dos protestos. Aconteceu com os professores e está a acontecer com os médicos”, frisa, acrescentando que o facto de o PCP e o BE não apoiarem o Governo acaba por criar uma maior dinâmica de protesto.

Mas estaremos perante uma banalização das greves? “Não há uma banalização, há é um conjunto de condições e factores que potenciam o protesto”, responde Paulo Marques.

Hermes Costa, sociólogo e professor na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (FEUC), considera que “o conflito em si nunca é um exercício puramente banal” e tem raízes mais profundas.

“A luta em si nunca é excessiva, é importante porque coloca em con-



Proposta salarial “não satisfaz nenhum trabalhador”

A greve nacional da função pública, convocada pelos 30 sindicatos da Frente Comum (ligada à CGTP), vai causar perturbações nas escolas, autarquias, serviços de atendimento da Segurança Social e das Finanças, centros de saúde e hospitais. Nalguns casos, antevê Sebastião Santana, coordenador da estrutura (na foto), pode haver mesmo encerramentos.

Esta greve abrange apenas a Frente Comum, uma vez que os sindicatos da função pública ligados à UGT consideram que não é oportuna, porque está em curso um processo negocial com o Governo.

A paralisação tem início às 0h de hoje, dia 27, mas nos

serviços que têm regime de turnos começou já às 20h de ontem. É o que acontece, por exemplo, nos serviços de higiene urbana das autarquias.

“O que me tem chegado são notas de grande animação em torno desta greve, que terá uma forte adesão em todos os sectores. Estamos à espera de ter serviços fechados e com muitas perturbações um pouco por todo o país”, destaca Santana.

Os vários sindicatos da Frente Comum emitiram pré-avisos de greve. Os médicos são excepção, porque tiveram uma greve recentemente, mas os auxiliares, administrativos,

enfermeiros e técnicos que trabalham nas unidades do Serviço Nacional de

Saúde estão abrangidos. Os professores também emitiram pré-avisos e algumas escolas poderão encerrar. Ao nível dos transportes, apenas os que são geridos directamente pelas autarquias poderão sofrer perturbações, como acontece, por exemplo, no Barreiro. Já a CP, o Metro, a Carris ou a STCP não entregaram pré-avisos de greve.

O líder da estrutura da CGTP fala numa insatisfação generalizada dos trabalhadores da administração pública em relação aos aumentos salariais para o próximo ano. A proposta, frisa, “não satisfaz nenhum trabalhador”. Em cima da mesa está um aumento mínimo de 3% para a generalidade dos funcionários públicos. A base salarial do Estado subirá 6,8%, para 821,83 euros brutos mensais.



NUNO FERREIRA SANTOS



O Governo decidiu também aumentar o valor pago pelo trabalho suplementar e acabar com os cortes nas ajudas de custo e subsídios de transporte. Estas medidas permitem que 40% dos trabalhadores recuperem poder de compra face à inflação de 4,6% esperada para este ano. Mas a maioria continuará a perder salário real.

As propostas ficam muito aquém das reivindicações da Frente Comum, que pede um aumento salarial não inferior a 15% (no mínimo de 150 euros); a subida do salário mínimo para 920 euros em Janeiro e do subsídio de refeição para os 10,5 euros, assim como a revogação do Sistema Integrado de Avaliação de Desempenho da Administração Pública (SIADAP).

“Não há vontade de esperar por mais diálogo e há uma certa radicalização dos protestos”, diz Paulo Marques

Cerca de 77% dos pré-avisos deste ano foram entregues pelos sindicatos dos professores e dos trabalhadores das escolas, seguindo-se as áreas da saúde, da justiça e da administração local

fronto argumentos legítimos – os dos oficiais de justiça, por exemplo, ou os dos médicos por causa das horas extraordinárias”, destaca, acrescentando que se os objectivos não são alcançados “esta rotina pode impor-se”.

Para o sociólogo, o facto de a greve de hoje ser, à semelhança de anteriores, uma iniciativa apenas da CGTP, com a UGT a ficar de fora mais uma vez, não é surpreendente. Tal como não o surpreende o facto de a CGTP não se vincular a acordos, como os que foram assinados em 2022 na função pública e na concertação social.

“Essa não-vinculação aos acordos de concertação social é um pretexto adicional para que o espaço da luta social se torne mais evidente. O espaço do conflito e da greve é uma forma de mostrar que a subscrição de acordo por outros parceiros não foi o melhor caminho e não responde a todo o tipo de reivindicações”, diz.

Estratégias diferentes

Tal como aconteceu em Março, quando a Frente Comum convocou a última greve nacional da função pública, também agora os sindicatos da UGT, que no ano passado assinaram um acordo plurianual com o Governo, optaram por não se juntar ao protesto de hoje.

Sebastião Santana, líder da Frente Comum, considera que o posicionamento de cada uma das estruturas é o resultado de diferentes leituras da realidade e estratégias negociais. “A Frente Comum e as suas 30 estruturas sindicais têm uma tradição de contacto directo com os trabalhadores nos locais de trabalho e é por isso que fazemos esta leitura da situação actual e da vontade dos trabalhadores para a greve. As outras estruturas terão de responder perante os trabalhadores porque não fazem greve e porque assinaram um acordo que limita a sua capacidade de reivindicação”, sublinha.

Além disso, acrescenta: “Temos uma leitura diferente da capacidade que o Governo tem para fazer mais.” “Não nos podemos esquecer que a receita fiscal aumentou 9,2%, até Julho, e que os lucros das 20 principais empresas nacionais são de 25 milhões de euros por dia”, reforça.

Já a Federação de Sindicatos da Administração Pública (Fesap), liderada por José Abraão, tem optado por desenvolver lutas sectoriais e considera que, “neste momento, ir para a greve não faz sentido”.

“Não estamos contentes, mas estamos a negociar e as portas não estão fechadas”, afirma José Abraão, um dos rostos do acordo assinado no ano passado com o Governo e com o Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado (STE).

O líder da Fesap insiste que a estrutura dá prioridade à negociação e enquanto houver possibilidade de obter resultados concretos não partem para a greve.

Abrir portas onde se erguem muros

Director: David Pontes **Sexta-feira, 27 de Outubro de 2**



Função pública
Greve de hoje
pode afectar
escolas,
autarquias
e saúde

Economia, 28/29